

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O Globo

CLASS. : 123

DATA : 25 06 91

PG. : 03

Amazônia: desmatamento sem incentivo

BRASÍLIA — O Presidente Fernando Collor assinará hoje decreto proibindo a concessão de incentivos fiscais a projetos agropecuários na área da Amazônia que provoquem desmatamento. O decreto do Presidente atende à reivindicação de movimentos ecológicos e responde às críticas de nove senadores americanos que, durante sua visita aos Estados Unidos, enviaram carta ao Presidente George Bush, sugerindo que ele tratasse do assunto na conversa com Collor.

No final da administração José Sarney, a pedido do Presidente do Ibama, Fernando César Mesquita, fora suspensa a concessão de incentivos fiscais a projetos agropecuários na Amazônia, porque, de acordo com os ecologistas, através desse meca-

nismo o Governo estava praticamente financiando a destruição da floresta na região.

A discussão em torno do assunto foi retomada depois que as bancadas aliadas do Governo no Congresso, comandadas pelos Líderes governistas Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Ney Maranhão (PRN-PE), propuseram, com o objetivo de melhorar o relacionamento do Governo com os políticos dos partidos que o apóiam, a volta dos incentivos fiscais para projetos agrícolas e agropecuários nas Regiões Norte e Nordeste — ambos tinham sido extintos pelo Plano Collor I. Os políticos governistas queriam inclusive a edição de uma medida provisória, o que o Presidente Collor não chegou a fazer. A decisão deu margem, entretanto, a insatisfações em outras áreas.

Segundo o Porta-Voz da Presi-

dência da República, Cláudio Humberto Rosa e Silva, em nenhum momento o Governo cogitou voltar a conceder incentivos fiscais a projetos que envolvessem desmatamento na Amazônia. Cláudio Humberto e disse que a proibição existe mas o Presidente decidiu "torná-la bem clara para que não parem dúvidas".

O Presidente decidiu realizar com o mesmo grupo de 14 pessoas reuniões quinzenais sobre meio ambiente, como preparação para a Rio-92. No documento sobre a Conferência preparado por Carlos Garcia, estão previstos gastos da ordem de US\$ 2 milhões com os preparativos da reunião.

Na página 13, "Baía: obras poderão começar em janeiro"